



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

O Acervo Escolar do Parque Infantil Violeta Dória Lins: Culturas Infantis em Perspectiva

Violeta Dória Lins Playground's School Archives: Children's Cultures in Perspective

Flávia Martinelli Ferreira

Orcid: orcid.org/0000-0002-2539-6262

Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil, flaviampf@unicamp.br

Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros

Orcid: orcid.org/0000-0001-5493-1618

Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil, danielemedeiros.ef@gmail.com

Ingrid Dittrich Wiggers

Orcid: orcid.org/0000-0001-5412-7021

Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, ingridwiggers@gmail.com

DOI: 10.21680/2596-0113.2024v7n1ID35229

Citation: Ferreira, F. M., Medeiros, D. C. C. de., & Wiggers, I. D. (2024). O acervo escolar do Parque Infantil Violeta Dória Lins: culturas infantis em perspectiva. *History of Education in Latin America - HistELA*, 7(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/35229>

Competing interests: The author has declared that no competing interests exist.

Editor: Olivia Morais de Medeiros Neta

Received: 01/02/2024

Approved: 21/04/2024

OOPEN ACCESS

Resumo

O Parque Infantil Violeta Dória Lins foi inaugurado em Campinas, em 1940, como elemento da política implantada pela Secretaria de Cultura do estado de São Paulo. Ao longo de sua trajetória, a instituição reuniu documentos, fotografias e outros itens da cultura material. Em 2017, esses documentos foram organizados em um arquivo, que pretendia conservar e manter os materiais históricos encontrados. O presente artigo tem como objetivo descrever e analisar o processo de organização do acervo, bem como apontar linhas de pesquisa a partir do material armazenado. A organização permitiu que novas fontes de pesquisa – em sua maioria, fotografias – fossem instituídas. Com a análise preliminar, foi possível estabelecer um objeto de investigação a partir das culturas infantis construídas no parque.

Palavras-chave: Acervo escolar. História da Educação. Parque Infantil. Culturas Infantis.

Abstract

The Violeta Dória Lins Playground was inaugurated in Campinas in 1940, as an element of the policy implemented by Secretaria de Cultura of São Paulo State. Throughout its trajectory, the institution gathered documents, photos, and other items of material culture. In 2017, these documents were organized as an archive to establish the maintenance and conservation of the historical material found. This article aims to describe and analyze the archive organization process and point out research topics based on the material found. The organization allowed the institution of new research sources, mostly photographs. The preliminary analysis made it possible to establish a research object based on the children's cultures constructed in the park.

Keywords: School archive. History of Education. Playground. Children's culture.

Introdução

A escola, anteriormente entendida como espaço exclusivo de transmissão de saberes, é hoje tomada como locus de produção de diversas culturas, especialmente das infantis. Nesse ambiente, crianças reinterpretam, recriam e dão novas funções a espaços e lugares marcados com a insígnia da utilidade pedagógica. A escassez de vestígios acerca dessas produções culturais infantis, no entanto, torna difícil a compreensão das formas por meio das quais as crianças conferiram novas interpretações sobre as escolas, suas regras, normas e espaços ao longo do tempo (Gobbi, 2012). Com isso, seu cotidiano escolar tende a ser pouco retratado nas pesquisas em história da educação.

Pesquisas históricas sobre o ambiente escolar que consideram apenas legislações e modelos educacionais sugerem uma instituição bastante deslocada da realidade das práticas, representações e apropriações que, de fato, acontecem em seus domínios. Para Julia (2001), esse tipo de entendimento da cultura escolar desconsidera as tensões e resistências aos projetos educativos que ocorrem dentro dos muros das escolas. Uma das possibilidades de conhecer as culturas infantis que permeiam e permearam a escola ao longo do tempo é considerar que as evidências do passado escolar ultrapassam os documentos oficiais, como legislações, diretrizes e planos. Ao

contrário, em vestígios supostamente menos importantes, como fotografias, flâmulas, bilhetes, registros da secretaria, atas, podemos encontrar um saber mais ampliado sobre a história dessas instituições.

Nesse sentido, há uma infinidade de narrativas que foram construídas nesses espaços e que se configuram como material promissor de análise para os pesquisadores dedicados à tarefa de conferir novos significados para as memórias espalhadas por prateleiras e armários nas escolas (Corrêa; Martins, 2011). Para que esse ambiente seja compreendido enquanto lugar de resistências e significações, local onde prosperam normas e ações humanas criativas, as práticas que se efetivam em seu interior precisam ser estudadas, assim como os documentos legais que as prescrevem (Julia, 2001). Isso posto, duas vias de análise se apresentam, já que os documentos legais sugerem, mas não dão conta de garantir que as práticas constituídas no interior das escolas ocorram tal como eles previram. Justifica-se, portanto, a conservação e disponibilização de outros documentos para pesquisas a respeito de instituições escolares e extraescolares.

Considerando tais pressupostos, o presente artigo tem como objetivo descrever o processo de organização do acervo da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Violeta Dória Lins, localizada em Campinas – São Paulo, assim como analisar os dados produzidos e apontar suas contribuições para pesquisas, trazendo à luz as particularidades das culturas infantis presentes nesse local. Justifica-se a seleção dessa instituição pelo percurso anterior ao seu estabelecimento como escola municipal, que se efetivou em 1981. Em 1940, a instituição foi inaugurada como Parque Infantil do Cambuí, tendo seu nome alterado para Parque Infantil Violeta Dória Lins, em 1950. Esse parque integrou um projeto mais amplo de cuidado e educação de crianças carentes, iniciado na cidade de São Paulo na década de 1930 e levado ao interior na década seguinte (Pizani; Góis Júnior; Amaral, 2016).

Primeiramente, será apresentada uma breve narrativa histórica sobre os parques infantis paulistanos e campineiros, apontando para os elementos que os caracterizaram como um projeto diferenciado de educação, nas décadas de 1930 e 1940. Dentre essas instituições, encontra-se o Parque Infantil Violeta Dória Lins, pioneiro na cidade de Campinas. O estudo da história dos parques infantis foi essencial para a compreensão do contexto e orientação da organização dos documentos, já que a guarda ou descarte de documentos deve ser feita a partir do entrecruzamento com dados de outra natureza e de acordo com a própria trajetória da unidade escolar (Mogarro, 2006).

O processo de organização do acervo será exposto em seguida, contando em detalhes os meandros da presença – ou ausência – das documentações a respeito da história do local. A experiência da constituição desse acervo abre possibilidades para o estudo de novas perspectivas sobre sua história. Entende-se que a presença de materiais no acervo da escola, em sua maioria fotografias, permite compreender com maior profundidade o cotidiano das crianças que o frequentavam. Ao mesmo tempo, a ausência de documentações mais antigas demonstra interrupções e falta de planejamento do processo de conservação e descarte de documentos escolares, o que será problematizado neste artigo.

Por fim, elabora-se, por meio da incursão nas fotografias encontradas, exames preliminares a respeito das culturas infantis dos frequentadores do parque, indicando sobretudo o quão profícuas podem ser as apreciações das novas fontes catalogadas, tanto para os pesquisadores quanto para a comunidade escolar.

O Parque Infantil Violeta Dória Lins

Os parques infantis – conhecidos também por seus termos correspondentes, como parques de jogos, clubes para menores operários e centros recreativos – se caracterizaram como instituições extraescolares (Bartalini, 1999). Em São Paulo, foram concebidos por meio do projeto elaborado sob a liderança de Fernando de Azevedo, intitulado “Praças de jogos para crianças: ensaio de hygiene social” (Azevedo, 1930). Esse projeto, além de contemplar as bases filosóficas e educacionais dos parques, também apresentava detalhadamente soluções urbanísticas, paisagísticas, arquitetônicas, equipamentos e atividades pedagógicas com seus respectivos objetivos.

Foi na gestão de Mário de Andrade no Departamento de Cultura e Recreação, ou seja, entre 1935 e 1938, que se observou um impulso dessa política. Nesse íterim, os parques infantis foram implantados na cidade como parte de um projeto ampliado destinado à difusão cultural. As intenções de estabelecimento dessas instituições eram proporcionar às crianças atendidas o contato com elementos da cultura brasileira e, ao mesmo tempo, civilizar, curar e higienizar o corpo das crianças que viviam na cidade, formando e corrigindo os hábitos dos frequentadores (Danailof, 2013).

Os parques infantis, de modo geral, apresentam uma congregação dos preceitos dos movimentos sanitarista, higienista, eugenista e da educação física (Kuhlmann Jr, 2019). O que essa conexão produziu foram propostas que entendiam a natureza como um ambiente mais adequado para o fortalecimento e a educação do corpo, por meio de práticas como a ginástica, o esporte e os jogos. Em suma, foram instituições responsáveis pela aproximação entre certa perspectiva de educação com o imaginário de uma natureza educativa (Dalben; Danailof, 2009; Wiggers, Soares, 2019).

Considerando o iminente processo de urbanização, os parques infantis pretendiam ser um espaço organizado para o ambiente urbano, a partir de uma natureza construída para a vida nas cidades. Essas ideias foram amplamente difundidas pelo território do estado de São Paulo e chegaram a distintas cidades na década de 1940 (Kuhlmann Jr, 2019). Em Campinas, os parques surgiram nessa mesma época. A construção de espaços semelhantes já tinha sido assegurada em 1935, no esboço preliminar feito por Francisco Prestes Maia, a respeito de seu Plano de Melhoramentos Urbanos (Campinas, 1938). Nesse plano, que tinha como objetivo remodelar a cidade, apagando suas filiações coloniais e imprimindo ares de modernidade, asseguravam-se diversas áreas verdes e parques, construídos com a intenção de proporcionar práticas esportivas e lazer ativo à população (Rodrigues, 2012). Inseridos nesse contexto, os parques foram delimitados com a clara intencionalidade de ocupar os filhos do operariado, além de promover lazer sadio e higiênico a essa parcela de crianças (Pizani, 2012).

O primeiro parque construído na cidade, objeto deste estudo, foi o Parque Infantil do Cambuí, inaugurado oficialmente em dois de janeiro de 1940, na Praça Imprensa Fluminense, antigo passeio público municipal (Paula, 2003; Pizani, 2012; Pizani; Góis Júnior Amaral, 2016). De acordo com Leme (2008), o projeto de construção do parque seguiu critérios bastante semelhantes aos adotados nos parques paulistanos, como, por exemplo, a mesma planta e as mesmas diretrizes de construção com a escolha de bairros operários. Além disso, foram elaborados pelo mesmo engenheiro-arquiteto, Prestes Maia.

O Parque Infantil do Cambuí só ganhou o nome de Parque Infantil Violeta Dória Lins em 1950, através da Lei Municipal n. 383 (Campinas, 1950). Em 1966, suas atividades

foram encerradas no bairro Cambuí e, em seu lugar, começaram as obras do Centro de Convivência (Campinas, 1966). O parque foi enfim transportado para o local onde hoje se encontra, na Vila Rica, com a justificativa de que no novo bairro, mais voltado ao operariado, os serviços de assistência à infância seriam mais bem aproveitados pelos moradores (Pizani, 2012).

De acordo com Pizani (2012) e Ferreira (1996), as atividades realizadas nos parques infantis campineiros tinham como referência os modelos e orientações emitidos pelo Departamento de Educação Física de São Paulo (DEF/SP), especialmente no que concerne às atividades de jogos, esportes e recreação. Além disso, outras atividades de âmbito pedagógico também apresentavam semelhança¹ (Tonolli, 1996). As disciplinas educativas oferecidas às crianças eram: educação infantil, educação recreativa, educação física e educação agrícola.

Leme (2008), ao estudar os parques infantis de Campinas, considera que, embora as disciplinas e atividades fossem comuns entre os parques paulistanos e campineiros, na cidade do interior havia maior preocupação com a higiene e menor difusão de práticas ligadas à cultura e ao folclore, elementos bastante incentivados na gênese dos parques infantis durante a gestão de Mário de Andrade. Para a autora, os indícios dessa afirmação se baseiam na ligação direta dos parques de Campinas com a assistência social e não com as secretarias educacionais ou culturais.

À época, os parques sugeriam novas formas de atenção às crianças pobres e seus espaços eram criados para moldá-las como adultos mais adaptados ao mundo do trabalho. As práticas estavam direcionadas aos propósitos de regeneração, civilização e nacionalização. Esses locais eram entendidos ainda como espaços adequados para substituir a rua, identificada na época como lugar da corrupção moral das crianças. Com o intuito de preencher o tempo não escolar e de trabalho das crianças, construíram-se locais específicos para as intervenções médicas e educativas (Danailof, 2013; Filizzola, 2002).

De acordo com Ferreira e Wiggers (2019), embora houvesse diretrizes intencionalmente circunscritas ao projeto, é possível apontar ambiguidades e, mais do que isso, certa diversidade de suas estruturas e de seus usos. No entanto, ainda que os parques infantis claramente objetivassem disciplinar o tempo livre das crianças da classe operária, foram esses mesmos espaços que garantiram a elas a oferta de um ambiente público de divertimento na cidade de Campinas. Para as crianças, esse direito assume uma magnitude ainda maior, já que a construção de espaços arquitetados para uma pedagogia infantil poderia ser entendida como forma de garantir o direito à própria infância (Faria, 1993, 1999).

As configurações e peculiaridades aqui destacadas, por conseguinte, indicam normas e práticas que constituíram uma seleção de valores, conhecimentos e práticas culturais a serem transmitidas nos parques infantis. Contudo, conforme anteriormente mencionado neste trabalho, considera-se que a educação não é composta apenas desses elementos, mas das relações sociais que se produzem em seus espaços e somam ou sobrepõem-se às normas. Os parques infantis nos apresentam traços da história das práticas pedagógicas brasileiras e sua singularidade deve ser considerada para incentivar investigações relacionadas às memórias da instituição. Nesta pesquisa, como veremos a seguir, buscou-se evidenciar os vestígios construídos a partir das ações que ele se propunha a promover na época, que o tornavam particular: a valorização da natureza, práticas educativas inovadoras, bem como as culturas infantis.

Com o propósito de contribuir para a reflexão dos acervos escolares como importante lócus para a pesquisa em história da educação e história da infância, narramos a

seguir o processo de organização, separação e arquivamento do material na escola. Por fim, o trabalho desdobrou-se em elencar possíveis análises a serem empreendidas a partir do material conservado, buscando subsidiar discussões especialmente voltadas às fotografias como elementos de diálogo com a cultura escolar promovida nos parques infantis. Assim, procuramos compreender a relação da constituição deste espaço com a construção das culturas infantis evidenciadas.

Produção de Novas Fontes de Pesquisa: A Organização do Arquivo Escolar

No Brasil, desde o final do século XX, houve um aumento significativo do interesse pela história e pela memória das instituições escolares (Mogarro, 2005). A partir de então, esse interesse histórico vem se alterando. Se nas décadas de 1970 e 1980 as temáticas versavam muito mais sobre questões políticas e sociais, na década de 1990 o interesse recaiu em outras investigações, que consideravam a complexidade do cotidiano escolar (Julia, 2001; Viñao Frago, 2008). As pesquisas nessa área passaram então a formular novas perguntas e a postular outros problemas de pesquisa, muito mais interessados na cultura da escola.

Para Viñao Frago (2008), a cultura escolar é um conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, hábitos e práticas sedimentadas no ambiente escolar e compartilhadas por seus atores no seio das instituições educativas; em suma, refere-se à toda vida escolar. Isso significa que as investigações que procuram analisar a história e a memória das escolas devem se preocupar não apenas com as normas, regras e ditames legais, mas também com o currículo, com a atuação dos professores, com a interação entre alunos, com os espaços e tempos da escola, assim como deve tratar da cultura material (Julia, 2001). Desse modo, deve-se superar a ideia de que a cultura é um sistema unitário em que predomina a uniformidade; ao contrário, deve-se investigar as diversas possibilidades de interação e produção de conhecimento (Viñao Frago, 1995). Além disso, para Mogarro (2006) a cultura escolar não se constitui como mero prolongamento das culturas existentes na sociedade, apesar de se relacionar com elas. Ao contrário, as escolas são estruturas complexas que possuem lógicas bastante específicas.

Essa transformação tem relação com as reflexões elaboradas na nova história cultural que, no campo historiográfico, promoveu um debate mais amplo sobre quais deveriam ser os fenômenos selecionados para as análises históricas. Burke (1990) afirma que um interesse que outrora se voltava quase exclusivamente à história política deu lugar a outras inquietações ligadas à cultura. Essas novas chaves de entendimento foram acompanhadas por um alargamento das próprias fontes de pesquisa. A partir desse momento, documentos oficiais não eram mais suficientes para responder às perguntas formuladas e novos elementos foram incorporados ao status de documento historiográfico.

Na história da educação tal fenômeno também esteve presente. Nunes e Carvalho (1993) afirmam que, para produzir uma história da educação escolar menos estereotipada e mais preocupada com o interior do trabalho escolar, o alargamento do conjunto de fontes de pesquisa foi de extrema importância. Só assim foi possível que se começasse a desmistificar a ideia de uma escola tomada como uma instituição estática e acabada (Faria Filho et. al., 2004), para então admitir-se a importância dos sujeitos escolares e as formas como traduziam as regras e normas em práticas (Vidal, 2009).

Assim, temas como a formação de professores, a história das disciplinas, a composição dos livros didáticos e a história da infância emergiram como questões relevantes para a área. Carvalho (1998) e Vidal (2009) apontam que essas novas incursões na historiografia escolar auxiliaram a penetrar a caixa preta da escola, colocando em evidência seu cotidiano, suas práticas e novas categorias de análise.

Por conseguinte, para responder às novas perguntas formuladas pelos investigadores da história da educação, foi necessária a consideração de outras fontes de pesquisa. Os pesquisadores dependiam não só das questões formuladas, mas também de vestígios e fontes históricas que pudessem ser analisados (Nunes e Carvalho, 1993).

A eleição de novas temáticas de investigação, muito mais preocupadas com o cotidiano escolar, fez com que outros tipos de documentos fossem solicitados. Assim, registros de aulas, semanários, diários, provas, cadernos, livros didáticos e cartazes passaram a ser considerados documentação relevante. Desse modo, a cultura material escolar passou a constar também como fonte de pesquisa para os historiadores da educação (Souza, 2007).

Para Mogarro (2006), um olhar mais atento a essas questões privilegiou outros materiais antes esquecidos:

[...] as novas vertentes de análise e produção histórico-educativa obrigam a uma renovação dos olhares sobre os documentos de arquivos escolares e uma abertura teórico-metodológica que incorpore as estimulantes informações que eles disponibilizam. (p. 72).

Essa ênfase deu também novos contornos à formação e manutenção de acervos no espaço escolar. De acordo com a autora, os arquivos escolares têm como finalidade preservar a memória educativa e, ao mesmo tempo, garantir à comunidade escolar, aos professores e alunos acesso às informações relativas ao passado da instituição. Nesse ínterim, pesquisas apontam a relevância das contribuições que os arquivos escolares oferecem para a manutenção e guarda de documentos relevantes ligados a este propósito (Bonato, 2005; Mogarro, 2005; Vidal, 2005).

Nesses arquivos, há uma imensidão de fontes de informação que podem ser utilizadas para recontar diversas histórias sobre a educação escolar. Entretanto, para que tais objetivos sejam atingidos, a formação e organização dos acervos deve seguir um método de salvaguarda. Mogarro (2006) estabelece alguns parâmetros para tal construção. Para a autora, é preciso, em primeiro lugar, considerar a especificidade da escola em que o arquivo será constituído. Para isso, faz-se necessária uma pesquisa histórica da instituição de ensino, para que se compreenda a identidade particular dessa instituição frente às diretrizes educacionais. No caso desta pesquisa, o fato da EMEF Violeta Dória Lins ter sido parte do programa de parques infantis da cidade de Campinas é relevante na seleção de documentos a serem arquivados.

Desse modo, os primeiros contatos com a escola nos instigaram a conhecer a sua história, conforme exposição anterior. Sobretudo, mostraram que a produção do arquivo escolar exigiria uma complexa mobilização de conhecimentos para o correto armazenamento da documentação. Por meio de parâmetros técnicos e científicos, foi possível estabelecer critérios para a manutenção ou descarte de materiais, função complexa na organização de um acervo. Mogarro (2006) sustenta que tais parâmetros podem ser obtidos com o levantamento prévio de documentação existente e realização de inventário.

No início da pesquisa² foram encontradas caixas e papéis dentro de diferentes armários da escola. No local, a documentação guardada – aquilo que foi considerado “histórico” – se encontrava desordenada, não datada e sem o correto armazenamento.

Diante desse cenário, optamos pelo desenvolvimento e organização de um arquivo escolar. As ações contemplavam reunir a documentação, higienizar e pensar alternativas para assegurar a sua conservação, visando disponibilizar tais documentos para futuros estudos na ou sobre a escola. Consideramos que a ação de organizar e guardar a documentação existente está estreitamente relacionada com a valorização e recuperação das memórias das instituições educacionais, a partir de um olhar que propõe outras relações com o patrimônio escolar, com a história da escola, com os atores e artefatos educacionais, tantas vezes relegados ao acaso (Mogarro, 2005, 2006).

Grande parte da literatura sobre a organização dos acervos escolares produzida no Brasil aponta que há uma precariedade na conservação de documentos na maioria das escolas analisadas (Bonato, 2005; Corrêa e Martins, 2011; Furtado, 2011; Mogarro, 2005, 2006; Moraes; Zaia; Vendramento, 2005; Vidal; Abdala, 2005). O acúmulo de materiais se dá ao sabor do acaso, sem um exame criterioso que seja capaz de afirmar se o documento deve ser rejeitado ou arquivado permanentemente. Isso fica evidente no nome que em geral é dado ao arquivo inativo da escola (arquivo morto), apontando que tal documentação já não possui mais serventia para a instituição escolar. Além disso, o descarte também é feito de forma aleatória, muitas vezes com o intuito de liberar novos espaços para outros materiais. Aquilo que resta armazenado se encontra guardado de forma pouco funcional, sem nenhuma organização e indisponível à consulta da comunidade.

Da mesma forma, na escola estudada, infere-se que houve uma eliminação indiscriminada de documentos. Consideramos essa hipótese em razão do pequeno volume de materiais encontrados no acervo da escola, bem como a ausência de itens referidos aos primeiros anos de funcionamento do parque infantil. Circunstâncias semelhantes àquelas descritas na literatura provavelmente foram responsáveis por uma sistemática destruição de documentação, que potencialmente poderia ser transformada em fonte para pesquisas históricas.

Dadas as dificuldades iniciais, as pesquisadoras recorreram ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) para auxílio no tratamento e organização do acervo. Com esse apoio - que contou com uma demonstração sobre a forma de armazenar os materiais e doação de suportes de armazenamento³ - voltaram à escola e, com o aval dos gestores, os documentos foram adequadamente organizados. Os materiais que se encontravam espalhados em diversos espaços em armários de metal, foram posteriormente reordenados de forma a garantir a sua conservação e consulta.

A rotina de organização do acervo, com duração de cinco meses, exigiu inicialmente um acordo com os gestores da escola, assegurando a permissão para o desenvolvimento do trabalho.

O processo consistiu em retirar os materiais de suas pastas e reorganizá-los em caixas de polionda mais adequadas à sua conservação, pois essas permitem o armazenamento dos papéis na posição horizontal, além de outras técnicas de adequada salvaguarda. Cabe registrar que nenhum item do acervo original da escola foi descartado, portanto, o procedimento limitou-se a reorganizar os materiais já existentes.

Os vestígios da cultura material eram compostos de fotografias, plantas arquitetônicas, flâmulas e documentos oficiais, totalizando 662 itens. Grande parte desses itens foi descrito na tabela 1, e o gráfico 1 mostra especificamente questões ligadas às fotografias.

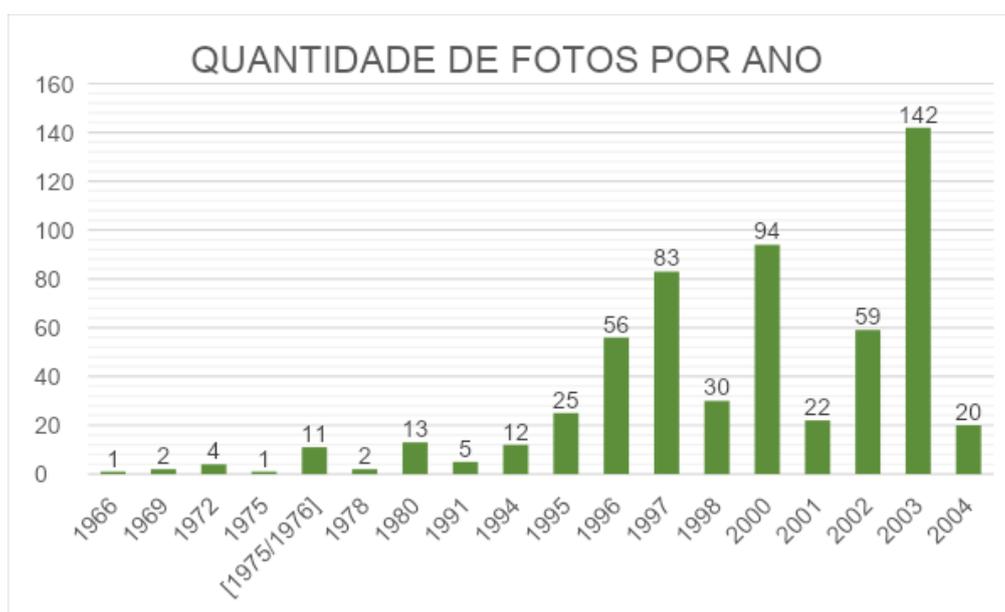
Tabela 1: Materiais encontrados na escola

Tipo de Material	Ano	Quantidade
Resolução n. 1.009 de 1937	1937	1
Brasão da cidade de Campinas	1958	1
Folha de seda do Brasão da Cidade de Campinas	Sem Data	1
Ofício Escola-Parque Violeta Dória Lins	1965	1
Detalhe da Planta da Escola Violeta Dória Lins	1965	4
Planta do bairro Vila Rica	1965	2
Planta do bairro Vila Rica (fachada)	1966	3
Planta do bairro Vila Rica (cortes e fachada)	1966	1
Planta baixa do bairro Vila Rica	Sem Data	2
Pedaco da Planta do bairro Vila Rica	Sem Data	1
Dados biográficos Violeta Dória Lins	Sem Data	1
Ficha catalográfica Escola Parque Violeta Dória Lins	Sem Data	1
Planta porta de ferro	Sem Data	3
Planta tanque para lavagem de prato	Sem Data	1
Planta bancada em L	Sem Data	1
Planta bebedouro	Sem Data	1
Planta guichê da chapa de ferro	Sem Data	1
Planta prateleiras	Sem Data	1
Planta porta de compensado	Sem Data	2
Planta esquadrias de ferro	Sem Data	3
Planta filtro para água potável	Sem Data	1
Planta da divisória	Sem Data	1

Planta armário de madeira	Sem Data	2
Planta abrigo para gás	Sem Data	1
Planta lousa	Sem Data	2
Planta bancada de trabalho	Sem Data	1
Planta bancada para sala de computação	Sem Data	1
Total		40

Fonte: Elaboração dos autores.

Gráfico 1: Quantidade de Fotografias do Arquivo do Centro de Memória Violeta Dória Lins, Identificadas por ano em Ordem Cronológica Crescente



Fonte: Elaboração dos autores.

Foi possível perceber, em uma primeira catalogação dos materiais, que a seleção prévia de documentos para a composição do acervo da escola não contou com produções dos alunos (textos, desenhos), nem com livros didáticos ou outro tipo de menção ao cotidiano da sala de aula. Além disso, a cultura material composta por mobiliários escolares também não fazia parte do acervo. Provavelmente, a ausência desses artefatos se deva à falta de espaço para armazenamento. O que se sabe é que a falta dessa documentação, descartada ao longo do tempo, impede a obtenção de determinadas informações que seriam relevantes para o estudo da história da instituição e, mais do que isso, para a história dos parques infantis, que, como vimos anteriormente, tem significativa representação na história da educação.

Em contrapartida, um significativo conjunto de imagens fotográficas se destacou, pois foi o material mais recorrente na documentação encontrada, somando 622 itens, o que corresponde a aproximadamente 94% do acervo. O conjunto de fotografias abrange o período de 1966 a 2004, conforme apresentado no gráfico 1.

De acordo com Souza (2001), as fotografias

[...] inscrevem-se na imanência do tempo presente, nos acontecimentos significativos para professores, alunos e funcionários partícipes dessa temporalidade do agora, e assim, ela se constitui em um instrumento de memória institucional e de recordação. (p. 78).

Observou-se que as fotografias encontradas no acervo não possuem, além da data, informações adicionais como, por exemplo, de qual evento fizeram parte ou quem foram os fotógrafos. É possível presumir que a maior parte delas foi armazenada após ser utilizada em exposições escolares, coladas em cartazes feitos de cartolina. Assim, subentende-se que a manutenção dessas fotografias teve uma intenção muito mais voltada à recordação do que à pesquisa histórica a respeito da instituição escolar. Com efeito, estudos recentes no campo da história da educação têm confirmado essa orientação na manutenção de fotografias (Souza, 2001).

A catalogação efetuada aponta alguns indícios que nos permitem tecer análises preliminares a respeito das fotografias encontradas. A fotografia mais antiga é de 1966, data em que o Parque Infantil Violeta Dória Lins mudou de endereço, deixando de funcionar no bairro Cambuí e passando a operar no bairro Vila Rica. Portanto, não há nenhuma imagem arquivada que retrate o parque desde sua fundação até a mudança de bairro (1940-1965). A ausência de fotografias dos primeiros anos do parque infantil é um hiato na representação da instituição analisada.

Tal fato pode ter ocorrido pela mudança de localidade, pois de acordo com Mogarro (2005) esse é um dos principais motivos que levam à perda e descarte de arquivos e documentos. As fotografias mais antigas dos parques infantis da cidade, que foram conservadas, estão guardadas em uma coleção presente no Museu da Imagem e do Som de Campinas⁴. Apesar do interesse manifestado pela escola em instituir um local para organizar sua documentação, provavelmente houve resistências a uma possível transferência de fotografias e documentos já arquivados no museu, pois já eram parte de uma coleção catalogada.

As fotografias de 1966 a 1980 representam o parque antes de sua transformação em escola. Contudo, esse conjunto é composto por apenas 34 fotografias. Já o período de 1991 até 2004, quando a instituição já funcionava como uma escola de ensino fundamental, é representado por uma maior quantidade de fotografias, constituindo 588 itens. É possível inferir que a popularização da fotografia, especialmente no ambiente escolar, foi relevante para o acúmulo de documentos no acervo da escola (Alves, 2010; Vidal, Abdala, 2005).

A culminância do processo de organização do acervo escolar da EMEF Violeta Dória Lins, com base nos critérios teórico-metodológicos apontados, resultou em um inventário completo dos materiais encontrados, incluindo as fotografias. Esse se encontra, atualmente, disponível no arquivo, que é composto por três caixas de polionda, contendo envelopes de papel com as fotografias, bem como quatro pastas em formato de fichário com documentos que não foram transferidos para as caixas a pedido da gestão escolar. O arquivo organizado pode ser consultado pela comunidade interna da escola, bem como por outros pesquisadores e professores interessados.

Culturas Infantis no Parque Violeta Dória Lins

Considerando que as fotografias foram os documentos mais abundantes encontrados no acervo da escola, iniciou-se uma transformação das mesmas em fontes de pesquisa. Para essa tarefa, não basta selecionar ao acaso a documentação encontrada no acervo. Ao contrário, as fontes de pesquisa na história não falam senão quando bem interrogadas pelos pesquisadores (Bloch, 2001). Isso significa que não

basta a existência de um acervo ou a presença de uma infinidade de documentos. É preciso que os pesquisadores constituam perguntas e saibam questioná-los. De acordo com Kossoy (2012) as fotografias devem ser alçadas ao posto de fontes históricas, desde que bem arguidas e entrecruzadas com outras fontes. Mogarro (2006) aponta que, na história da educação, os documentos iconográficos da/sobre a escola permitem apreender diversos elementos, como a riqueza dos espaços, dos objetos e das pessoas.

Desse modo, o conjunto das fotografias oferece vestígios que revelam linhas de pesquisa, como, por exemplo, educação do corpo, arquitetura dos espaços escolares, composição do currículo com diferentes disciplinas escolares ao longo do tempo, história das festas escolares e cultura popular.

Evidenciamos que parte das fotografias encontradas no acervo buscava demonstrar o papel da natureza na educação das crianças a partir da proposição de uma arquitetura ampla e arborizada. Notoriamente, a construção dos espaços escolares não é uma operação neutra, mas dotada de inúmeras intencionalidades (Faria Filho e Vidal, 2000). A partir da exaltação dos espaços em meio à natureza é possível afirmar que os parques tinham intenções pedagógicas imbricadas com a regeneração das crianças frequentadoras do parque, quer seja, de maior aproximação com a natureza e distanciamento da vida urbana.

Outro grupo de fotografias observadas capturou eventos ocorridos na escola, bem como as práticas educativas sugeridas nos parques infantis. É neste escopo que as crianças podem ser entendidas como elementos inseridos nos projetos educacionais, mas também como construtoras de suas próprias práticas cotidianas. Os parques infantis foram espaços capazes de acolher a construção das culturas infantis, pois mesmo sujeitas a um conjunto de normas, as crianças conseguem agir a partir de suas práticas corporais, seus gestos e sentimentos apresentados no cotidiano retratado. (Ferreira, Medeiros, Wiggers, 2023).

Em síntese, grande parte as fotografias identificam um padrão de produção dos retratos, com vistas à exibição das estruturas amplas e arborizadas e das práticas educativas sugeridas e orientadas pelas professoras. Por outro lado, as culturas infantis aparecem em parte das fotografias, evidenciando que as crianças não estão circunscritas completamente ao proposto, mas reinterpretam as práticas guiadas no parque infantil. Assim, consideramos que as fotografias encontradas no acervo podem oferecer uma via importante de entendimento e compreensão sobre as culturas infantis produzidas nesse espaço.

Considerações Finais

A elaboração do arquivo da EMEF Violeta Dória Lins teve o objetivo de organizar e disponibilizar para consulta um conjunto de materiais que se encontravam espalhados pela escola. Por meio dessa organização, além da preservação dos materiais, conseguimos observá-los de maneira não esparsa, mas sim através de uma sequência lógica que possibilitou sua interpretação como fontes históricas. Dessa maneira, foi possível compreender os acontecimentos ao longo do período, assim como as transformações da cultura escolar construída para as crianças. Destacamos, neste sentido, a importância de iniciativas que visem a conservação dos materiais dispostos em acervos escolares, valorizando a memória desses locais e promovendo sua significância na história das instituições escolares.

As memórias são importantes registros vividos que partem das lembranças e perpetuam lugares com referências e paisagens para um constante retorno ao passado, trazendo em si os mais diversos sentimentos documentados e expressos em narrativas, sonhos e percepções. De acordo com Nora (1993), os lugares de memória nascem a partir do entendimento de que não há memória espontânea em nossa sociedade. É preciso criar arquivos, produzir atas e fazer registros outros, pois essas ações não ocorrem de maneira natural e a aceleração do tempo faz com que o passado seja esquecido ou mesmo desconsiderado.

Além do significado como lugar de memória, tais acervos são também importantes redutos e salvaguardas de fontes históricas, que podem ser produzidas para os estudos em história da educação. O presente trabalho privilegiou as fotografias armazenadas para, de forma inicial, aproximá-las de uma análise das culturas infantis existentes no momento em que a instituição em foco ainda se tratava de um parque infantil. Entretanto, sabe-se que as fontes de pesquisa são inesgotáveis, dependendo das perguntas que os pesquisadores fazem a elas. Assim, a organização e catalogação de um acervo serve como base para a realização de outras pesquisas, que possam vir a investigar a própria escola ou a história dos parques infantis. Isso posto, o trabalho realizado e a elaboração deste artigo pretendem contribuir para que as memórias da infância nos parques infantis estejam acessíveis e venham a ser problematizadas, estimulando a produção de novos conhecimentos e pesquisas.

Notas:

¹ Kuhlmann Jr. e Fernandes (2014) examinam, em seu artigo, o Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Educação e Cultura da cidade de São Paulo. Esse estudo permite compreender as práticas cotidianas realizadas nos parques através dos relatos dos professores e das temáticas eleitas pela revista. Por meio dele, é possível perceber a circulação de ideias sobre as práticas a serem realizadas por professores, recreadores e educadores, que, certamente, encontravam eco nas práticas realizadas em Campinas.

² A pesquisa desenvolvida neste artigo é parte integrante de uma tese de doutorado cujo objetivo central foi compreender o cotidiano das crianças a partir das culturas infantis estabelecidas em espaços e tempos escolares da EMEF Violeta Dória Lins, em Campinas. Do projeto inicial, derivou-se um projeto de extensão que objetivou estabelecer um Centro de Memória na escola.

³ Os materiais doados pelo IEB/USP foram: caixas de polionda, luvas e máscaras, lápis 2B e blocos de notas adesivas.

⁴ As fotografias desta escola e de diversas outras foram reunidas em uma coleção única pela Coordenadoria de Educação Infantil e, posteriormente, armazenadas no Museu de Imagem e Som de Campinas, disponíveis para consulta. Esse material foi reunido pela Coordenadoria ao longo do tempo, principalmente pelo fato de que as escolas municipais de Campinas não dispunham de acervos organizados e, por consequência, não eram capazes de assegurar a preservação e manutenção dos materiais.

Referências

Alves, C. (2010). Educação, memória e identidade: dimensões imateriais da cultura material escolar. *Revista História da Educação*, 14(30), 101-125.

Azevedo, F. (1930). *A evolução do esporte no Brasil*. São Paulo/Cayeiras/Rio de Janeiro: Melhoramentos.

Bartolini, V. (1999). *Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

-
- Bloch, M. (2001). *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Bonato, N. (2005). Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, 5(2), 193-220.
- Burke, P. (1990). *A escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP.
- Campinas. (1938). *Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935*. Campinas: Lynotipia da Casa Genoud Limitada, 1938.
- Campinas. (1950). *Legislação Municipal de Campinas*, 13.
- Campinas. (1966). *Decreto n. 2787, de 20 de abril de 1966*. Determina que o Parque Infantil “Violeta Doria Lins” encerre suas atividades e da outras providencias. Campinas: Câmara Municipal.
- Carvalho, M.M.C. (1998). Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: Sousa, Cyntia Pereira de; Catani, Denice Barbara (Org.). *Práticas educativas, culturas escolares profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 31-41.
- Corrêa, P.K.; Martins, M.C (2011). A educação feminina e o ensino religioso no Colégio Progresso Campineiro: reflexões a partir da organização do arquivo histórico escolar. *Tempos e Espaços em Educação*, 4(7), 89-101.
- Dalben, A.; Danailof, K. (2009). Natureza urbana: parques infantis e escola ao ar livre em São Paulo (1930-1940). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 31(1), 163-177.
- Danailof, K. (2013). A “Educação Physica” nos parques infantis de São Paulo (1935-1938). *Movimento*, 19(2), 167-184.
- Faria, A.L.G. (1993). *Direito à infância: Mário de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Faria, A.L.G. (1999). A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. *Educação & Sociedade*, Campinas, 20(69). 69, 60-99.
- Faria Filho, L.M. et al. (2004). A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, 30(1), 139-159.
- Faria Filho, L.M. de; Vidal, D.G. (2000). Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, (14), 19-34.
- Ferreira, A.A.R. (1996). *Um breve histórico das escolas municipais de educação infantil e dos centros municipais de educação infantil do município de Campinas (1940-1990)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Ferreira, F.M; Wiggers, I.D. (2019). Infância e urbanidade nos parques infantis de São Paulo. *Educação e Pesquisa*, 45(1), 1-17.
- Ferreira, F.M; Medeiros, D.C.C.; Wiggers, I.D. (2023). Culturas infantis nas fotografias do Parque Violeta Dória Lins (décadas de 1940 a 1960). *Movimento*, 29(1), e29021.
- Filizzola, A.C.B. (2002). *Na rua, a “troça”, no parque, a troca: os parques infantis da cidade de São Paulo na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

-
- Furtado, A.C. (2011). Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 2(2), 145-159.
- Gobbi, M. (2012). Conhecimento histórico e crianças pequenas: parques infantis e escolas de educação infantil em São Paulo. *Educação em Revista*, 28(2), 203-223.
- Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, 1(1), 9-43.
- Kossoy, B. (2012). *Fotografia & história*. São Paulo: Ateliê.
- Kuhlmann JR., M. Parque infantil: a singularidade e seus componentes. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 35, n. 77, p. 223-244, set./out. 2019.
- Kuhlmann JR., M.; Fernandes, F.S. (2014). Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957). *Revista Diálogo Educacional*, 14(43), 693-716.
- Leme, F.L. (2008). *Memórias de um parque infantil em Campinas: vestígios do pensamento de Mário de Andrade*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Mogarro, M.J. (2005). Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. *Pro-Posições*, 16(1), 103-116.
- Mogarro, M.J. (2006). Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*, 5(2), 75-99.
- Moraes, C.S.V.; Zaia, I.B.; Vendrameto, M.C. (2005). Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. *Pro-Posições*, 16(1), 117-133.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, (10), 7-28.
- Nunes, C.; Carvalho, M.M.C. (1993). Historiografia da educação e fontes. *Cadernos Anped*, (5), 7-64.
- Paula, R.C. (2003). *Os pequeninhos do parque: a linguagem corporal das crianças pequenas de um parque infantil de Campinas (1942-1952)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Pizani, R.S. (2012). *Recreação, lazer e educação física na cidade de Campinas: um olhar acerca dos parques e recantos infantis (1940 - 1960)*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas.
- Pizani, R.S.; Góis Junior, E.; Amaral, S.C.F. (2016). A educação do corpo nos parques e recantos infantis de Campinas-SP (1940-1959). *Movimento*, 22(3), 707-722.
- Rodrigues, F. (2012). O plano “Prestes Maia” e a ideologia do planejamento urbano em Campinas: o poder e os limites das ideias de um urbanista. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, 4(1), 125-151.
- Souza, R.F. (2001). Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *Educar em Revista*, (18), 75-101.
- Souza, R.F. (2007) História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: Bencostta, Marcus Levy Albino (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 163-189.

Tonolli, M.F.S. (1996). *As origens da educação pré-escolar pública municipal em Campinas: o Parque Infantil da Vila Industrial*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Vidal, D.G. (2005). Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: Souza, R.F.; Valdemarin, V.T. (Org.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 3-30.

Vidal, D.G. (2009). No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. *Currículo sem Fronteiras*, 9(1), 25-41.

Vidal, D.G.; Abdala, R.D. (2005). A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. *Revista do Centro de Educação*, 30(2), 177-194.

Viñao Frago, A. (1995). Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, (1), 63-79.

Viñao Frago, A. (2008). La escuela y la escolaridad como objetos históricos: facetas y problemas de la historia de la educación. *Revista História da Educação*, 12(25), 9-54.

Wiggers, I.D.; Soares, C.L. (2019). Recreação e vida ao ar livre em parques infantis de São Paulo na coleção de desenhos de Mário de Andrade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 74(1), 302-322.